

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
  - A. a garantia do desenvolvimento nacional, a prevalência dos direitos humanos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
  - B. a prevalência dos direitos humanos, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais.
  - C. a garantia do desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a erradicação da pobreza.**
  - D. a prevalência dos direitos humanos, a redução das desigualdades regionais e a garantia do desenvolvimento nacional.
  
2. Na responsabilização política do Presidente da República pela prática de atos atentatórios ao cumprimento de decisões do Poder Judiciário,
  - A. impõe-se a prévia autorização do Senado Federal para o julgamento.
  - B. o julgamento será realizado pelo Supremo Tribunal Federal.
  - C. afastamento do Presidente da República de suas funções, pelo prazo de, no máximo, 180 dias.**
  - D. a Câmara dos Deputados poderá determinar a perda do cargo e a inabilitação por 8 anos para o exercício de função pública.
  
3. O Decreto Legislativo
  - A. era, no sistema constitucional anterior, ato normativo de competência do Presidente da República, semelhante à atual Medida Provisória.
  - B. é ato normativo destinado ao exercício de competências exclusivas do Congresso Nacional.**
  - C. é ato normativo de hierarquia inferior à lei ordinária.
  - D. é ato normativo, de competência do Presidente da República, destinado a decretar intervenção federal.
  
4. Diz-se que o conteúdo de uma norma jurídica positiva é completamente independente da sua norma fundamental quando se está tratando do
  - A. Poder Constituinte Originário.**
  - B. Poder Reformador.
  - C. Poder Constituinte Derivado.
  - D. Poder de Revisão.
  
5. A norma da presunção de inocência - ninguém será considerado culpado até o

trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, inciso LVII da CF)  
- está diretamente vinculada ao princípio constitucional da

**A. ampla defesa.**

B. moralidade administrativa.

C. inafastabilidade do processo judicial.

D. dignidade da pessoa humana.

6. Ao estrangeiro, naturalizado brasileiro, é vedado

A. ser contratado como professor de universidade pública.

**B. ser presidente do Senado Federal.**

C. prestar concurso público para ingressar no serviço público federal.

D. filiar-se a partido político.

7. Tendo em vista situação de extrema violência urbana no Município, o Prefeito decretou estado de sítio, proibindo que bares funcionassem após as 22 horas. Esse decreto

A. é inconstitucional porque o Município não tem competência para zelar pela segurança pública.

B. é constitucional porque violência urbana é assunto de interesse local.

C. é constitucional porque, nos termos do art. 23, I, da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm competência comum para zelar pelas instituições democráticas.

**D. é inconstitucional porque só a União tem competência para decretar estado de sítio.**

8. O Senado Federal suspende a execução de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário em

A. declaração direta de inconstitucionalidade, ocorrida em sessão a que estiveram presentes sete Ministros.

**B. declaração de inconstitucionalidade incidente.**

C. declaração de inconstitucionalidade por omissão.

D. ação declaratória de inconstitucionalidade, julgada por maioria dos Ministros que se achavam presentes no ato do julgamento.

9. Com relação ao objeto de deliberação sobre emenda à Constituição, indique a variante inexata.

A. A separação dos poderes e o voto direto, secreto, universal e periódico.

- B. A forma federativa de Estado.
- C. O sistema de governo presidencialista.
- D. Os direitos e garantias individuais.

10. Em função da submissão da Administração ao princípio da legalidade, pode-se dizer que
- A. o Executivo não pode expedir normas que dêem operatividade a uma lei.
  - B. todo regulamento de Chefe do Executivo é ato inferior, subordinado e dependente.**
  - C. a competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo aplica-se quando houver omissão da lei a respeito de algum assunto.
  - D. seus regulamentos podem impor restrições à ordem privada, desde que medida provisória posterior assim o determine.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Pode haver uso individual exclusivo de bem de uso comum do povo?
- A. Não, sob pena de atentado ao princípio da indisponibilidade dos bens de uso comum do povo.**
  - B. Sim, desde que seja bem municipal.
  - C. Não, porque esse bem compõe o patrimônio domi- nial do Estado.
  - D. Sim, desde que haja consentimento especial da autoridade administrativa.
12. É lícito a Prefeitura instalar placas sinalizadoras de nome de ruas em imóveis privados, sem indenização?
- A. Não, porque estaria havendo desapropriação indireta.
  - B. Não, porque todas as limitações administrativas são indenizáveis.
  - C. Sim, desde que declare o bem de interesse público.
  - D. Sim, porque se trata de servidão administrativa.**
13. Diz-se que a autoridade policial só pode instaurar inquérito quando vislumbre conduta ilícita típica, caso contrário a atuação da autoridade implicará
- A. atividade discricionária.
  - B. abuso ou desvio de poder.**
  - C. atividade vinculada.
  - D. atividade subordinada.

14. Quando duas ou mais pessoas políticas disciplinam o exercício conjugado de atribuições, definindo fins comuns a serem atingidos pela aplicação coordenada de recursos próprios, o instrumento jurídico utilizado é
- A. protocolo de intenções.
  - B. contrato administrativo.
  - C. convênio.**
  - D. contrato de gestão.
15. Dos elementos dos atos administrativos (competência, motivo, objeto, forma e finalidade) quais os que são sempre vinculados e que, por não ficarem sujeitos à discricionariedade do agente administrativo, são susceptíveis de apreciação jurisdicional?
- A. Objeto, motivo e forma.
  - B. Competência, motivo e forma.
  - C. Objeto, forma e finalidade.
  - D. Competência, forma e finalidade.**
16. Pretendendo a Prefeitura de São Paulo contratar Chico Buarque para um espetáculo no Parque Ibirapuera, comemorativo do aniversário da cidade, cuidará de
- A. dispensar a exigência da licitação, contratando diretamente o artista.**
  - B. instaurar processo de licitação, na modalidade concurso.
  - C. dispensar a licitação, pela ausência de competitividade.
  - D. realizar processo de licitação simplificado.
17. Autorização para prestar serviços de telecomunicações diferencia-se de concessão de serviços de telecomunicações porque a primeira
- A. tem natureza precária e a segunda é contratual.**
  - B. nunca exige licitação, enquanto a segunda deve ser sempre precedida de licitação.
  - C. diz respeito a interesse público e a segunda, a interesse privado.
  - D. pode ser prorrogada e a segunda, não.
18. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público que possuem capacidade exclusivamente administrativa. A respeito das autarquias, pode-se afirmar que:
- A. somente a lei tem o condão de criá-las. Todavia, podem estas ser

extintas por meio de norma hierarquicamente inferior àquela que as criou, ou até mesmo, por meio de ato administrativo emanado de autoridade competente.

B. sua responsabilidade confunde-se com a responsabilidade do Estado, de forma que quaisquer pleitos administrativos ou judiciais decorrentes de atos que a princípio lhes sejam imputáveis, deverão ser propostos tão somente em face do Estado.

**C. os atos delas emanados revestem-se da presunção de legitimidade, exigibilidade, nos mesmos termos dos atos administrativos dotados destes atributos.**

D. não estão sujeitas a controle exercido pelo Estado (Executivo), tão-somente se sujeitando ao controle exercido pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares competentes para julgar as contas dos administradores autárquicos.

19. A respeito das diversas modalidades de licitação previstas em lei, é correto asseverar que

A. com relação às relações jurídicas de maior vulto, não resta dúvida de que a tomada de preços é, precipuamente, a modalidade licitatória mais adequada.

**B. a concorrência em termos de acessibilidade é muito mais ampla que a tomada de preços, que sempre pressupõe a existência de um prévio cadastramento.**

C. na concorrência, na tomada de preços e no convite há sempre necessidade de publicação de edital na imprensa, para que se permita a ampla divulgação e publicidade do certame.

D. o mandado de segurança não é via hábil para que sejam salvaguardados os direitos postulados por um licitante.

20. Assinale a alternativa incorreta.

A. Os bens afetados são inalienáveis.

**B. Somente os bens dominiais podem ser penhorados para que se satisfaçam os créditos contra o Poder Público inadimplente.**

C. Os bens públicos são insusceptíveis de usucapião.

D. Os bens desafetados, ao passarem à categoria dos dominiais, poderão, por meio de lei, perder a inalienabilidade.

### **DIREITO CIVIL**

21. Doação feita a um cantor de ópera, condicionada ao fato de desempenhar bem um determinado papel, é negócio jurídico sob condição

A. puramente potestativa.

B. suspensiva.

C. resolutiva.

**D. simplesmente potestativa.**

22. Se, num testamento, o testador instituir substituto ao fiduciário ou ao fideicomissário, prevendo que um ou outro não queira ou não possa aceitar a herança, ter-se-á substituição

A. vulgar singular.

B. fideicomissária.

**C. compendiosa.**

D. recíproca.

23. Aponte a assertiva válida.

**A. O direito à passagem forçada funda-se no princípio de solidariedade social que preside as relações de vizinhança e no fato de ter a propriedade uma função econômico-social que interessa à coletividade.**

B. Não há propriedade resolúvel na doação com cláusula de reversão.

C. O usufruto simultâneo é o instituído em favor de um indivíduo, para que depois de sua morte se transmita a terceiro.

D. O domínio útil, na enfiteuse, não pode ser objeto de hipoteca.

24. A obrigação dos proprietários de imóveis confinantes, de concorrer para as despesas de construção e conservação de tapumes divisórios, pode ser tida como

A. ônus real.

B. *jus in re*.

C. obrigação com eficácia real.

**D. obrigação *propter rem*.**

25. São direitos reais de garantia

A. a fiança, a anticrese e a enfiteuse.

**B. o penhor, a anticrese e a hipoteca.**

C. a hipoteca, a penhora e o penhor.

D. a hipoteca, o usufruto e a fiança.

26. Compensação é forma

- A. processual de extinguir-se uma obrigação objeto de ação judicial, mediante o pagamento da dívida com créditos que o devedor possui junto a terceiros.
- B. de extinção de uma obrigação mediante o pagamento com cheque ou título de crédito com vencimento futuro, hipótese em que a quitação será aperfeiçoada com a liquidação do título.
- C. de extinção de uma obrigação quando houver a entrega voluntária do título da obrigação, provando a desoneração do devedor e dos coobrigados, recebendo o credor, paralelamente, a importância que lhe é devida, deduzido o valor do título.
- D. de extinção de uma obrigação, quando credor e devedor tiverem, um contra o outro, obrigações líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, até onde se compensarem.**

27. Segundo a Lei nº 9.307/96 (que dispõe sobre a arbitragem), pode ser árbitro qualquer pessoa capaz desde que

- A. desfrute confiança das partes.**
- B. formada em curso superior ou com reconhecida especialização na matéria objeto da arbitragem, atestada pelo respectivo órgão de classe.
- C. inscrita no órgão de classe específico que regula a profissão acerca de cuja matéria versará a arbitragem.
- D. comprove experiência em arbitragem anterior na mesma matéria, sem antecedentes criminais ou disciplinares no órgão de classe onde está inscrita, se regulamentada for a sua profissão.

28. De acordo com a Lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), a falta de registro

- A. impede a proteção legal à obra.
- B. não exclui a obra da proteção legal.**
- C. exclui da proteção legal apenas os direitos autorais patrimoniais sobre a obra.
- D. exclui da proteção legal apenas os direitos autorais morais sobre a obra.

29. Consoante o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90),

- A. a cláusula resolutória expressa em contrato de adesão, somente terá validade se estiver impressa em destaque, prevendo, necessariamente, a prévia propositura de ação para declarar rescindido o contrato.
- B. nos contratos de adesão, a inserção de cláusula datilografada no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.**

- C. a cláusula inserida no contrato de adesão, que prevê perda total das parcelas pagas pelo consumidor em caso de inadimplência, é válida desde que venha impressa em destaque e que haja previsão de prévia notificação para constituição do consumidor em mora.
  - D. nos contratos de adesão deverá existir dispositivo expresso, impondo às partes a arbitragem em caso de dúvida ou possibilidade de litígio judicial.
30. "A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento." Essa afirmação

- A. é correta, pois o estacionamento é um atrativo para o cliente da empresa e o valor do seu uso considera-se embutido no preço da mercadoria ou do serviço vendido pela empresa.**
- B. é correta, mas apenas se a empresa deixar de avisar aos clientes, por meio de placa legível, colocada na entrada do estacionamento, que não se responsabiliza pelos bens deixados sob sua guarda.
- C. é incorreta, uma vez que só tem aplicação quando o estacionamento é administrado por empresa do ramo e a guarda do veículo é cobrada do cliente.
- D. é incorreta, uma vez que se trata de responsabilidade por ato ou fato de terceiro e, portanto, objetiva.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

31. O recurso de Agravo de Instrumento, no Estado de São Paulo, deve ser dirigido
- A. diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, em petição acompanhada da guia de preparo, da relação das peças trasladadas e da indicação dos advogados atuantes na causa; recebido o recurso, o Juiz que proferiu o despacho recorrido será intimado para prestar as informações que julgar necessárias e, a seguir, o agravado será intimado para ofertar suas contra-razões.
  - B. ao Juiz singular, juntamente com a guia de preparo, a relação das peças trasladadas e a indicação dos advogados atuantes na causa; uma vez recebido o agravo, verificada a sua tempestividade e o cumprimento dos requisitos formais do recurso, será ele imediatamente encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça, já acompanhado das informações prestadas pelo Juiz que prolatou o despacho recorrido.
  - C. diretamente ao tribunal competente em razão da matéria versada na ação, em petição acompanhada das peças obrigatórias e das necessárias, bem como da indicação dos advogados das partes; uma cópia do agravo deve ser protocolada no juízo onde foi proferido o despacho atacado, para que as informações pertinentes sejam prestadas ao relator do recurso.**
  - D. diretamente ao Juiz singular, em petição acompanhada das peças obrigatórias, da guia de preparo e da relação de advogados atuantes no processo, para que o Juiz, com as informações pertinentes, encaminhe o



recurso à instância superior; se for caso de pedido de efeito suspensivo, cópia desse agravo e das respectivas peças deve ser simultaneamente protocolada diretamente no tribunal competente em razão da matéria versada no processo.

32. A ação cautelar de arresto é cabível quando

- A. devedor, réu condenado por sentença proferida em ação reivindicatória, ainda sujeita a recurso, tentar dissipar seu patrimônio.
- B. devedor, que tem domicílio determinado, se ausenta ou tenta se ausentar furtivamente.**
- C. cônjuge estiver dilapidando os bens do casal durante ação de anulação de casamento, de separação ou de divórcio.
- D. requerente pretender a apresentação de coisa móvel em juízo e esta estiver em poder de outrem que se negue a apresentá-la.

33. Oferecida a reconvenção,

- A. o autor reconvido será intimado na pessoa de seu procurador para contestá-la no prazo de quinze dias e o Juiz, ao final, proferirá sentença única, julgando a ação e a reconvenção.**
- B. o processo principal fica suspenso, o autor reconvido é intimado na pessoa de seu advogado para apresentar contestação no prazo de cinco dias e o Juiz, ao final, proferirá sentença julgando a reconvenção para, só depois, retomar a ação principal o seu curso normal, uma vez que o julgamento da reconvenção não interfere no julgamento da ação.
- C. o processo principal fica suspenso, o autor reconvido é citado para contestá-la no prazo de cinco dias e o Juiz, com ou sem a colheita de provas, proferirá sentença julgando a reconvenção e determinando o prosseguimento, ou a extinção, do processo principal.
- D. a ação principal não é suspensa, o autor reconvido é citado para responder aos termos da reconvenção no prazo de dez dias e o Juiz proferirá decisão admitindo a reconvenção, ou negando-lhe seguimento para, no primeiro caso, julgá-la em conjunto com a ação ou, no segundo caso, determinar a sua extinção e arquivamento.

34. "O prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o executado oferecer bens à penhora é peremptório, de modo que, findo ele, devolve-se ao credor o direito de indicar os bens a serem penhorados." Essa asserção

- A. é incorreta, uma vez que o prazo não é peremptório.
- B. é parcialmente correta, porque embora peremptório, não há devolução do direito à indicação de bens ao credor.
- C. é correta, porque está em absoluta consonância com os artigos 652 e 659 do Código de Processo Civil.**

D. é parcialmente correta, porque o prazo não é de 24 (vinte e quatro) horas e sim de 5 (cinco) dias.

35. No que se refere a Embargos de Declaração, é correto afirmar que

- A. podem ser interpostos em primeiro e em segundo grau de jurisdição, independem de preparo e, uma vez interpostos, suspendem a contagem do prazo para a interposição de outros recursos.**
- B. depois da reforma do Código de Processo Civil, somente podem ser interpostos em segundo grau de jurisdição, não mais suspendem o prazo para a interposição de outros recursos e independem de preparo.
- C. depois da reforma do Código de Processo Civil, podem ser interpostos apenas em primeiro grau de jurisdição, não suspendem o prazo para a interposição de outros recursos e independem de preparo.
- D. podem ser interpostos em primeiro e em segundo grau de jurisdição, dependem de preparo apenas os interpostos em primeiro grau de jurisdição e apenas os interpostos em segundo grau de jurisdição suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.

36. Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá

- A. nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.**
- B. denunciar da lide ao proprietário ou possuidor.
- C. chamar ao processo o proprietário ou possuidor.
- D. requerer sua exclusão do processo, argüindo, em preliminar, ilegitimidade passiva de parte.

37. Indeferido o recurso especial, interpor-se-á agravo

- A. contra a decisão denegatória, a ser interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, no prazo de dez dias a contar da publicação dessa decisão.
- B. regimental a ser interposto no próprio tribunal que negou seguimento ao recurso especial, no prazo de cinco dias a contar da publicação dessa decisão.
- C. regimental a ser interposto diretamente no Superior Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias a contar da publicação da decisão indeferitória.
- D. contra a decisão denegatória, a ser interposto perante o próprio tribunal que negou seguimento ao recurso especial, no prazo de dez dias a contar da publicação dessa decisão.**

38. Caio propôs demanda em face de Tício, esta julgada procedente, condenando-se o réu a pagar ao autor indenização por perdas e danos a ser

calculada em liquidação por artigos. Inconformado com essa decisão, poderá o réu interpor

- A. agravo de instrumento, pois que, excepcionalmente nesta hipótese, a decisão não extinguiu o processo, o que somente irá ocorrer no momento em que o Juiz proferir a sentença na liquidação.
- B. recurso de apelação, o qual não é recebido no efeito suspensivo, fato este que permite o início da liquidação.
- C. somente agravo retido, de vez que, sendo a sentença do processo de liquidação complementar àquela do processo de conhecimento, após o julgamento da liquidação poderá apelar e requerer expressamente o julgamento do agravo retido.

**D. recurso de apelação, o qual será recebido em ambos os efeitos.**

39. Caio propõe demanda em face de Tício pleiteando a reparação de dano por ato ilícito. A ação é julgada procedente e transita em julgado. Caio dá início à execução por quantia certa contra devedor solvente, sendo certo que, após o início da execução, transita em julgado sentença penal que absolve Tício do ato ilícito sob o argumento de que agira em legítima defesa. Após ser regularmente intimado da penhora, Tício oferece embargos, alegando que a execução não pode prosseguir, na medida em que foi absolvido no processo crime. Estes deverão ser

- A. rejeitados, porquanto a coisa julgada material oriunda do processo de conhecimento não pode ser excepcionada por fato superveniente.**
- B. julgados procedentes diante do fato superveniente extintivo.
- C. rejeitados, de vez que a alegação de que foi absolvido no processo crime deverá ser feita em ação rescisória.
- D. rejeitados, por isso que a legislação somente prevê que a sentença penal condenatória seja título executivo na esfera cível.

40. Fábria propõe ação de separação judicial em relação a Marcelo, sob o argumento de que este mantinha relações extraconjugais com Ana, casada com Agamenon. Marcelo, citado, contesta o pedido e apresenta reconvenção, alegando que, na verdade, Fábria é que mantinha um relacionamento com Agamenon, e também pleiteia a separação. Regularmente processada a demanda, resta demonstrado que os fatos alegados por Fábria não são verdadeiros, entretanto, aqueles alegados pelo reconvinte sim, razão pela qual a ação de separação judicial proposta pela autora foi julgada improcedente e a reconvenção procedente. Inconformado, Agamenon requer seu ingresso na demanda na qualidade de terceiro interessado. Em tal hipótese, o Juiz

- A. deve admitir o ingresso de Agamenon na qualidade de assistente simples, podendo, portanto, recorrer da decisão na condição de aderente.
- B. deve admitir o ingresso de Agamenon na qualidade de assistente

litisconsorcial, tendo, portanto, autonomia para recorrer independente de eventual apelo da autora.

**C. não deve admitir o ingresso de Agamenon, na medida em que, embora tenha interesse moral no resultado da demanda, não tem interesse jurídico.**

D. deve receber o pedido de Agamenon como oposição, mandando citar a autora, o réu e Ana para que contestem a demanda, devendo entretanto a demanda seguir como ação autônoma.

### **DIREITO COMERCIAL**

41. Mútuo Mercantil é o empréstimo mercantil, quando a coisa emprestada pode ser considerada

**A. gênero comercial, ou destinada a uso comercial, e pelo menos o mutuário é comerciante.**

B. gênero comercial, ou destinada a uso comercial, e pelo menos o mutuante é comerciante.

C. gênero civil, ou destinada a uso civil ou comercial, e pelo menos o mutuante é comerciante.

D. gênero comercial ou civil, ou destinada a uso comercial ou civil, e pelo menos o mutuário é comerciante.

42. As sociedades por quotas de responsabilidade limitada podem adquirir suas próprias quotas liberadas

A. desde que o façam com fundos de seus sócios, e reduzam o capital, estipulado no contrato.

B. mas não é lícita essa aquisição de quotas liberadas.

C. desde que o façam com fundos não disponíveis, e sem ofensa do capital.

**D. desde que o façam com fundos disponíveis, e sem ofensa do capital estipulado no contrato.**

43. É declarável a falência

A. da sociedade de economia mista.

**B. do espólio do devedor comerciante.**

C. dos menores com mais de 16 (dezesseis) anos, que mantenham estabelecimento comercial, sem economia própria.

D. da mulher casada que, sem autorização do marido, exerce o comércio, por mais de 3 (três) meses, fora do lar conjugal.

44. As obrigações contraídas no cheque qualificam-se como

- A. autônomas e dependentes.
- B. independentes, mas sem autonomia.
- C. autônomas, porém não literais.
- D. autônomas e independentes.**

45. A remessa da duplicata ao comprador cumpre ser feita

- A. de imediato, após a sua emissão.
- B. no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua emissão.
- C. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.**
- D. no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

46. A operação de Factoring (Fatorização Mercantil) explora atividades de

- A. prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços.**
- B. prestação cumulativa, não contínua, de serviços de assessoria creditícia, de gestão de crédito, e compras de direitos creditórios, oriundos de contratos de prestação de serviços, pagos a vista.
- C. compra de direitos creditórios, resultantes de vendas mercantis a vista, ou de prestação de serviços.
- D. compra de direitos creditórios, resultantes de vendas mercantis a prazo, ou de prestação de serviços, sem a prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber.

47. As instituições financeiras são pessoas jurídicas

- A. privadas que tenham como atividade principal realizar empréstimos e custódia de títulos de crédito.
- B. públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.**
- C. públicas, que recebem carta patente do Banco Central do Brasil, e tenham como atividade principal ou acessória realizar mútuos com recursos próprios e abrir conta correntes movimentáveis por cheques.
- D. públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros em

moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valores mobiliários próprios.

48. As sociedades são coligadas quando

- A. uma participa, com 10% (dez por cento) ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.**
- B. uma participa, com 20% (vinte por cento) ou menos, do capital social de outras, sem controlá-las.
- C. uma participa de todo o capital de outra, sem controle.
- D. uma participa, com 10% (dez por cento) ou mais, do capital de outra, com controle dessa.

49. A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto,

- A. ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.**
- B. somente ao Conselho da Administração.
- C. aos Gerentes e à Diretoria.
- D. aos Gerentes, aos Procuradores e ao Conselho de Administração.

50. O despacho que manda processar a concordata preventiva determina o vencimento antecipado de todos os créditos

- A. quirografários e privilegiados.
- B. quirografários, privilegiados, fiscais e trabalhistas.
- C. privilegiados, sem garantia.
- D. sujeitos aos seus efeitos.**

#### **DIREITO PENAL**

51. Roberta é empregada doméstica de Carla, a qual tranca todas as portas dos armários ao sair de casa. Numa dessas ocasiões, Roberta abre os armários e foge com as jóias da patroa. O Ministério Público processa Roberta por furto qualificado pelo abuso de confiança. Como defensor de Roberta, alegar-se-ia que

- A. a qualificadora não se caracterizou, pois a relação empregatícia existente entre ambas exime o aumento de pena.
- B. o furto é qualificado independentemente de qualquer circunstância, ante o fato da empregada residir na casa da patroa.
- C. o abuso de confiança não se caracterizou, eis que a patroa não confiava na empregada, posto que trancava todos os armários.**

- D. inobstante a natureza do trabalho doméstico, o qual pressupõe a confiança da patroa em relação à empregada, há necessidade da configuração de algum meio enganoso apto a iludir a patroa.
52. João atira visando matar José, que já estava morto, em razão de ataque cardíaco. É correto afirmar que esta situação
- A. configura crime impossível ou de tentativa inidônea.**
  - B. diz respeito a crime de homicídio tentado.
  - C. configura o que se denomina de "crime de ensaio".
  - D. é a chamada "tentativa branca".
53. Marco Aurélio nasceu às 22 horas e 35 minutos do dia 10 de outubro de 1982. Por fatalidade, à zero hora e 30 minutos do dia 10 de outubro de 2000 cometeu fato configurado como furto de veículo. Qual a opção verdadeira?
- A. É a lei civil que determina a idade das pessoas. Portanto, diante dela, Marco Aurélio é menor de dezoito anos para efeitos penais.
  - B. Marco Aurélio deve ser considerado inimputável, ante o fato de não ter completado dezoito anos.
  - C. Deve ser ele tido como semi-imputável, uma vez que, biologicamente, não completou dezoito anos.
  - D. Considera-se penalmente responsável o agente que pratica a infração no dia em que comemora seu 18º aniversário.**
54. Isolda confessou a seu namorado Tristão estar grávida. Tristão extremamente irritado com a notícia, passou a agredir Isolda, provocando-lhe vários hematomas. Vendo sua namorada desfalecida, Tristão imediatamente levou-a ao Pronto-Socorro, onde os médicos constataram não ter ocorrido gravidez. Diante dos fatos narrados, Tristão
- A. poderá ser beneficiado pelo arrependimento posterior, uma vez que socorreu a vítima imediatamente.
  - B. poderá ser beneficiado pelo arrependimento eficaz, uma vez que socorreu a vítima imediatamente.
  - C. responderá pelo crime de lesões corporais e poderá ser beneficiado por uma circunstância atenuante, uma vez que socorreu a vítima procurando minorar as conseqüências de seus atos.**
  - D. responderá apenas por tentativa de homicídio uma vez que o crime de aborto não se tipificou por absoluta impropriedade do objeto.
55. Em relação aos crimes contra a honra, tipificados no Código Penal, é inexato afirmar que

- A. não se admite a exceção da verdade no crime de calúnia, quando o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.
- B. não se admite, em nenhuma hipótese, a exceção da verdade no crime de difamação.**
- C. não se admite a exceção da verdade, em nenhuma hipótese, se qualquer dos crimes é cometido contra chefe de governo estrangeiro.
- D. se qualquer dos crimes é cometido mediante promessa de recompensa, a pena será aplicada em dobro.

56. São crimes que admitem tentativa, os

- A. dolosos.**
- B. culposos.
- C. preterdolosos.
- D. habituais.

57. "É fundamental que a lei penal incriminadora seja editada antes da ocorrência do fato criminoso." Distinga os princípios que alicerçam essa afirmativa:

- A. da legalidade e da anterioridade da lei penal.**
- B. da extra e da ultratividade condicional da lei penal.
- C. da *abolitio criminis* e do *in dubio pro reo*.
- D. da lei anterior e da lei posterior benignas.

58. A pena restritiva de direitos não pode substituir a privativa de liberdade quando o réu for reincidente

- A. em qualquer crime, doloso ou culposo.
- B. exclusivamente em crime doloso.
- C. em crime culposo e a pena privativa de liberdade ultrapassar quatro anos.
- D. específico.**

59. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que, verificada a prática de ato infringente, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, as medidas socioeducativas de

- A. advertência ou liberdade assistida ou multa.
- B. inserção em regime de semiliberdade ou liberdade assistida ou multa.
- C. advertência ou obrigação de reparar o dano ou prestação de serviços à comunidade.**



D. internação em estabelecimento educacional ou advertência ou pena privativa de liberdade.

60. Eustáquio Silva foi condenado por sentença transitada em julgado a cumprir a pena de 08 (oito) anos de reclusão pela prática de estupro qualificado. Assim, pode-se dizer que

A. o réu não terá direito à progressão do regime prisional nem ao livramento condicional.

B. o réu terá direito à progressão de regime prisional, mas não ao livramento condicional.

C. após cumprir 2/3 da pena, terá direito à progressão de regime prisional.

**D. após cumprir 2/3 da pena, terá direito ao livramento condicional.**

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

61. A fiança

A. é cabível em relação a todo crime, inclusive aos que tenham sido cometidos com o emprego de violência ou grave ameaça.

B. poderá ser concedida pela autoridade policial somente com autorização judicial.

**C. é cabível aos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada não for superior a 2 (dois) anos.**

D. é cabível aos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada não for superior a 1 (um) ano.

62. Ao indeferir o pedido de liberdade provisória, o Juiz justifica que o réu praticou crime grave ao qual é cominada a pena de reclusão. Qual a disjuntiva válida?

**A. Tal argumento, por si só, é inservível para indeferir o pedido de liberdade provisória.**

B. Agiu o Magistrado de acordo com o prescrito no Código de Processo Penal.

C. Cabe ao Magistrado ponderar os argumentos pelos quais indeferiu a liberdade provisória, sendo certo que crimes apenados com reclusão encontram óbice constitucional legal para tal.

D. O indeferimento do pedido de liberdade provisória não precisa ser motivado pelo Magistrado, ficando ao seu livre convencimento diante do caso *sub judice*.

63. Quanto à ação penal iniciada marque a solução legítima.

A. O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

**B. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.**

- C. O Ministério Público poderá desistir da ação penal, com a concordância do Juiz e das partes.
- D. Após o oferecimento da denúncia, somente o Juiz pode desistir de prosseguir a ação penal.

64. Quando da dosimetria da pena, o Juiz opta pelo regime fechado para o cumprimento desta. Assim,

- A. sempre que houver possibilidade de o Juiz aplicar regime de cumprimento de pena mais severo, deve ele motivar esta opção.**
- B. toda vez que isso acontecer, deve o réu, ante a gravidade do regime, recorrer de tal decisão.
- C. sistematicamente, deve o Juiz motivar a sentença, excetuando-se em relação ao regime imposto.
- D. se a pena for fixada no mínimo legal, não caberá modificação de tal decisão.

65. "Havendo dúvida sobre a integridade mental do acusado, o Juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, do descendente, do irmão ou do cônjuge do acusado, seja aquele submetido a exame médico-legal." Qual o rito específico?

- A. O incidente da insanidade mental processar-se-á em autos apartados, que só depois da apresentação do laudo, serão apensos ao processo principal.**
- B. Tal incidente de insanidade mental realizar-se-á nos autos do processo principal, o qual ficará suspenso temporariamente.
- C. Tal medida processar-se-á tão-somente mediante presidência do Ministério Público, em autos separados.
- D. O incidente em referência processar-se-á antes de oferecida a denúncia do Ministério Público.

66. Assinale a variante incorreta.

- A. Arquivado o inquérito policial, por despacho do Juiz e a requerimento do Ministério Público, é inadmissível a propositura da ação penal privada subsidiária.
- B. É anulável o Auto de Prisão em Flagrante se a autoridade policial não nomear curador ao indiciado relativamente maior.
- C. No arbitramento de fiança, a autoridade policial levará em conta a periculosidade do indiciado.**
- D. Como condicionante ao processamento da revisão criminal, exige-se o trânsito em julgado da sentença condenatória.

67. Túlio, com 20 anos de idade, tendo sido citado pessoalmente, foi processado à revelia e condenado por ter roubado de Miguel a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), apesar de tê-la devolvido à vítima antes de recebida a denúncia. Pode-se afirmar que

- A. a condenação teve como fundamento a revelia de Túlio, tendo-se em vista que, ao ser considerado revel, presumem-se verdadeiros os fatos alegados contra o réu.
- B. a pena aplicada a Túlio deverá ser reduzida de um a dois terços em virtude da ocorrência do instituto do arrependimento posterior.
- C. o processo e o prazo prescricional deveriam ter sido suspensos em virtude de ter sido decretada a revelia de Túlio.
- D. o prazo prescricional será reduzido de metade em virtude da idade do réu.**

68. No processo penal, o princípio da identidade física do Juiz

- A. só vigora nos processos instaurados para apurar crimes punidos com reclusão.
- B. só vigora nos processos instaurados para apurar crimes dolosos contra a vida, desde a primeira fase.
- C. vigora em todos os processos.
- D. não vigora em processo algum.**

69. As questões prejudiciais absolutas

- A. deverão ser decididas pelo juízo extrapenal antes do julgamento da questão prejudicada.**
- B. poderão ser decididas incidentalmente pelo juízo penal.
- C. impedirão, até sua solução, a oitiva das testemunhas e de qualquer outra prova.
- D. impedirão, até sua solução, apenas a oitiva das testemunhas, sendo que o Juiz penal poderá realizar as provas de natureza urgente.

70. São recursos e meios privativos da defesa

- A. a apelação, o *habeas corpus* e o protesto por novo júri.
- B. o *habeas corpus*, a revisão criminal e o protesto por novo júri.
- C. a revisão criminal, o protesto por novo júri e os embargos infringentes.**
- D. os embargos infringentes, o *habeas corpus* e a revisão criminal.

## **DIREITO DO TRABALHO**

71. Empregado contratado por prazo determinado sofre acidente de trabalho durante a vigência deste. Assinale a alternativa correta.
- A. O contrato é tido por vencido imediatamente.
  - B. O contrato se suspende até o empregado ser considerado apto ao trabalho e prosseguirá depois até o vencimento. O empregador paga os primeiros quinze dias.
  - C. O empregador paga os primeiros quinze dias e dá o contrato por terminado.
  - D. O empregador paga os primeiros quinze dias e dá o contrato por terminado no seu respectivo vencimento.**

72. Os porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes que trabalham em banco

- A. são considerados bancários para todos os efeitos legais.
- B. são bancários apenas quanto à jornada de trabalho.
- C. não são considerados bancários.
- D. não são considerados bancários, exceto as telefonistas.?

73. A convenção coletiva de trabalho

- A. somente pode ser celebrada por sindicatos, em qualquer hipótese.
- B. pode ser celebrada pelas federações e confederações, na falta dos respectivos sindicatos.**
- C. é prerrogativa das federações.
- D. é prerrogativa das confederações.

74. Em relação ao adicional noturno, é exato afirmar que

- A. se percebido pelo empregado por mais de dois anos, não poderá ser suprimido, integrando-se ao salário, embora cessado o trabalho noturno.
- B. sua natureza jurídica é indenizatória, com o que não se submete aos efeitos incidentes sobre remunerações em geral.
- C. convenções coletivas e sentenças normativas não podem fixá-lo em percentual mais elevado do que o fixado na CLT.
- D. é salário condicionado à ocorrência da causa que gera a obrigatoriedade do seu pagamento, logo, pode ser suprimido, se não executado mais pelo empregado o trabalho noturno.**

75. São efeitos jurídicos da suspensão do contrato de trabalho

- A. remuneração do empregado, vantagens atribuídas à categoria e retorno ao trabalho.
  - B. remuneração do empregado, cômputo do período de afastamento como tempo de serviço e retorno ao trabalho.
  - C. manutenção do vínculo contratual, retorno ao serviço, vantagens atribuídas à categoria do empregado, prazo para o retorno, não contagem do tempo de serviço do período de afastamento.**
  - D. remuneração do empregado, vantagens atribuídas à sua categoria, retorno ao trabalho e cômputo do período de afastamento como tempo de serviço.
76. Indique a hipótese não verdadeira, em relação à competência privativa dos Juízes Presidentes das Varas do Trabalho.
- A. Denegar seguimento a agravo de instrumento oferecido contra indeferimento de recurso ordinário aparentemente intempestivo.**
  - B. Dar posse aos Juízes classistas temporários.
  - C. Presidir as audiências das Juntas.
  - D. Conceder liminar para reintegração de empregado transferido.
77. Os contratos a prazo determinado são
- A. admitidos sem restrições pela CLT.
  - B. lícitos desde que o prazo não ultrapasse 5 (cinco) anos.
  - C. proibidos nos casos de obra certa.
  - D. lícitos pelo prazo máximo de 2 (dois) anos nos casos de serviços transitórios ou atividade empresarial transitória.**
78. Nos termos da CLT, o prazo para interposição de recurso ordinário da sentença proferida pelas Varas Trabalhistas será contado
- A. sempre da data designada para a audiência de julgamento.
  - B. quando não juntada a ata ao processo em 48 horas da audiência designada para o julgamento, da data em que a parte receber a intimação da sentença.**
  - C. sempre da data designada para a audiência de julgamento, independentemente da juntada ou não da ata ao processo em 48 horas.
  - D. da data em que for juntado nos autos o mandado de intimação cumprido pelo oficial de justiça.
79. Empregado que se desliga da empresa por motivo de aposentadoria voluntária tem direito a

- A. aviso prévio.
  - B. movimentação da conta vinculada do FGTS.**
  - C. indenização por tempo de serviço superior a um ano.
  - D. multa de 40% (quarenta por cento) sobre o montante do FGTS.
80. Reza o disposto no art. 8º da Constituição Federal, ser livre a associação profissional, observado o seguinte:
- A. ao sindicato cabe a defesa dos direitos individuais dos associados, exclusivamente em questões judiciais.
  - B. ao sindicato, e na sua ausência à federação ou à confederação, cabe a defesa dos interesses da categoria, em processos judiciais, cabendo aos sócios dessas entidades, a intervenção assistencial.
  - C. ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.**
  - D. o sindicato, a federação e a confederação têm legitimidade concorrente para defender os direitos da categoria, em processos judiciais.

#### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

81. A União Federal institui Imposto de Importação com alíquotas menores para as mercadorias importadas por uns Estados, em relação a outros, sob a alegação de que aqueles Estados são mais pobres e os demais, ricos. Essa diferenciação é
- A. legítima, pois a União Federal tem poder para instituir tributos diferenciados em relação aos Estados.
  - B. legítima, pois compete à União Federal a política de desenvolvimento dos Estados mais pobres.**
  - C. ilegítima, pois a União Federal não pode instituir tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional.
  - D. ilegítima, pois a diferença de riqueza não está prevista como suporte para essa diferença de tributos em relação aos Estados.
82. Para efeito de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, é considerado imóvel urbano todo aquele que estiver localizado
- A. em zona urbana, conforme definida em lei municipal.
  - B. dentro do território do município.
  - C. em zona urbana, conforme definida em lei estadual.
  - D. em zona urbana, conforme definida em lei municipal, desde que seja beneficiário de certos melhoramentos urbanos.**

83. Extingue-se, após 5 anos, o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário
- A. a partir da data do fato gerador.
  - B. a partir da data do lançamento efetuado, desde que não tenha havido incorreção do lançamento.
  - C. a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.**
  - D. a partir da data do lançamento efetuado mesmo com incorreção, ou a partir do primeiro dia após o lançamento, caso seja lançado corretamente.
84. Outros impostos que não sejam cumulativos e que não tenham base de cálculo e fato gerador próprios dos previstos na CF,
- A. podem ser instituídos pelos Estados.
  - B. podem ser instituídos pela União.**
  - C. não podem ser instituídos pela União.
  - D. não podem ser instituídos pela União ou Estados.
85. A revisão do lançamento só é admissível
- A. enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.**
  - B. quando se deve apreciar fato não conhecido à época do lançamento anterior, em qualquer caso.
  - C. enquanto o contribuinte não tenha pago o tributo.
  - D. enquanto não homologado o lançamento anterior.
86. A imunidade relativa ao Imposto Territorial Rural abrange
- A. todas as glebas, quando o proprietário só tem um imóvel.
  - B. algumas glebas improdutivas.
  - C. todas as glebas em que o proprietário trabalhe com a família.
  - D. pequenas glebas que o proprietário explore só ou com sua família e não tenha outro imóvel.**
87. Exclui-se da competência impositiva do Distrito Federal o Imposto sobre
- A. Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU).
  - B. Transmissão Causa Mortis de quaisquer bens ou direitos.
  - C. Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

#### **D. Produtos Industrializados (IPI).**

88. Em 1999, Caio vendeu a Tício imóvel em relação ao qual pesava débito de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao exercício de 1998. Em seguida, Tício recebeu a notificação de cobrança do tributo e recusou-se a pagá-lo, argumentando que na data de ocorrência do fato gerador o proprietário do imóvel era Caio. Além disso, Caio assumiu contratualmente, perante Tício, a obrigação de pagar o IPTU vencido. O procedimento fiscal está
- A. errado, pois o tributo só pode ser exigido de Caio, proprietário do imóvel no exercício de 1998.
  - B. errado, pois Caio ainda consta como proprietário no cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal.
  - C. correto, pois o débito tributário relativo ao IPTU sub-roga-se na pessoa do adquirente do imóvel, isto é, Tício.**
  - D. errado, pois de acordo com o contrato celebrado entre Tício e Caio, o IPTU deve ser pago por este.
89. Para que o adquirente de estabelecimento industrial ou comercial responda integralmente pelos débitos tributários relativos ao fundo de comércio adquirido, é necessário que o
- A. alienante cesse de imediato a exploração das mesmas atividades desenvolvidas no estabelecimento.**
  - B. contrato de trespasse preveja expressamente tal responsabilidade.
  - C. alienante não detenha patrimônio suficiente para saldar as pendências.
  - D. fisco tenha manifestado oposição à transferência do estabelecimento, nos 30 (trinta) dias seguintes à data da operação.
90. Caso determinado contribuinte tenha contra si débito inscrito na dívida ativa,
- A. não poderá obter certidão negativa, nem certidão positiva com efeito de negativa.
  - B. somente poderá obter certidão negativa se o débito estiver garantido por penhora ou depósito administrativo.
  - C. poderá obter certidão positiva com efeito de negativa, se o débito estiver com sua exigibilidade suspensa.**
  - D. poderá sempre obter certidão positiva com efeito de negativa.

#### **ÉTICA PROFISSIONAL E ESTATUTO**

91. O art. 51, incisos I e II e seu § 1º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), estabelece a composição do Conselho Federal. Cada delegação apta a votar nas reuniões ordinária e extraordinária é formada



- A. por um conselheiro federal.
- B. por três conselheiros federais.**
- C. por dois conselheiros federais.
- D. pelo Colégio de Presidente das Seccionais.

92. O art. 7º, inciso XIX, da Lei nº 8.906/94 garante ao advogado "recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado." O texto legal combinado com o regramento ético vigente (art. 25 do CED) estabelece que a quebra do sigilo, para fins de depoimento judicial, só poderá ocorrer quando houver

- A. solicitação do constituinte.
- B. autorização do constituinte.
- C. determinação da autoridade judiciária.
- D. grave ameaça ao direito à vida.**

93. Advogado sócio componente ou empregado de sociedade de advogados

- A. não pode patrocinar clientes seus isoladamente, nem auferir os honorários como receita pessoal.
- B. pode patrocinar clientes seus isoladamente, desde que partilhe com os demais sócios os honorários que auferir.
- C. pode patrocinar clientes seus isoladamente, auferindo os honorários como receita pessoal, desde que a situação conste no contrato social.**
- D. pode patrocinar clientes seus isoladamente, auferindo os honorários como receita pessoal, devendo mencionar a sociedade de que faça parte.

94. No curso de atendimento jurídico ao cliente, concluiu o advogado estar patrocinando causa entendida como de lide temerária, pela qual poderá ser responsabilizado solidariamente. Para eximir-se, o profissional

- A. deverá renunciar ao mandato, podendo revelar segredo confiado pelo cliente, desde que lhe comunique a ilegalidade ou irregularidade.
- B. deverá renunciar ao mandato, não podendo revelar segredo confiado pelo cliente, sem obrigação de comunicar-lhe a ilegalidade ou irregularidade.
- C. poderá renunciar ao mandato, se assim desejar, desde que o cliente assumira a ilegalidade ou irregularidade.
- D. deverá renunciar ao mandato, não podendo revelar segredo confiado pelo cliente, e devendo comunicar-lhe a ilegalidade ou**

### **irregularidade.**

95. Figurando o advogado em instrumento de mandato utilizado na sede de outras Seccionais, poderá
- A. exercer a sua atividade profissional sem qualquer limitação.
  - B. exercer a sua atividade profissional, desde que comunique sua causas ao presidente da subsecção onde estiver atuando.
  - C. promover sua inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano.**
  - D. promover sua inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial, extrajudicial ou consultoria que exceder de seis por ano.
96. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada na Lei nº 8.906/94 e no Regulamento Geral. No que tange aos danos causados aos clientes da sociedade de advogados e conseqüente indenização, por ação ou omissão no exercício da profissão,
- A. somente a sociedade responde no limite do seu capital social.
  - B. a sociedade e o sócio que atuou em nome do cliente respondem até o limite do capital social integralizado.
  - C. somente o sócio que atuou em nome do cliente responde ilimitadamente.**
  - D. além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente.
97. Não devem ser confundidas a insuficiência de recursos, que pode ser temporária, e a condição do estado de pobreza de quem vai ao Judiciário para postular seus direitos. Ao cliente não se priva da prestação jurisdicional em razão da falta de recursos para tanto. Daí a *ratio essendi* da permissão legal trazida pela Lei nº 1.060/50. Em razão do êxito obtido na demanda, suprida a insuficiência de recursos,
- A. os honorários advocatícios deverão ser arbitrados pelo Tribunal de Ética e Disciplina.
  - B. pode o advogado cobrar diretamente do cliente os honorários respectivos.**
  - C. o advogado só receberá o que tiver sido fixado na Tabela do Convênio PGE/OAB.
  - D. o advogado só terá direito ao recebimento de eventuais honorários sucumbenciais.

98. A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, é serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa (art. 44 do EAOAB). Com relação a seus bens, renda e serviços,
- A. goza de imunidade tributária em nível federal.
  - B. tem imunidade tributária dependente do recolhimento em cada Estado onde existir Seccional.
  - C. goza de imunidade tributária total.**
  - D. como outras entidades corporativas, recolhe normalmente todos os seus tributos.
99. A instalação de escritório particular de advocacia junto às dependências do Departamento Jurídico de empresa empregadora não registrável na Ordem
- A. depende de vistoria e autorização da OAB, através da Subsecção.
  - B. é vedada pela Ética em face da efetiva potencialidade de captação de clientela.**
  - C. é faculdade do profissional interessado, não envolvendo situações éticas.
  - D. depende de consulta prévia e autorização do Tribunal de Ética e Disciplina.
100. Na forma do art. 71 da Lei nº 8.906/94 (EAOAB), a jurisdição disciplinar
- A. exclui a comum e esgota todos os procedimentos.
  - B. não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.**
  - C. exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, sua comunicação às autoridades competentes é da alçada dos interessados.
  - D. não exclui a comum e, mesmo que o fato constitua crime ou contravenção, não pode ser revelado, em decorrência do sigilo imposto ao processo.

## **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

### **SECÇÃO SÃO PAULO**

#### **114º EXAME DE ORDEM**

#### **COMUNICADO**

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem, decido, de ofício, anular as questões:

\* de nºs. 09 e 72, da versão 1;

- \* de n.ºs. 22 e 99, da versão 2;
- \* de n.ºs. 59 e 82, da versão 3; e,
- \* de n.ºs. 69 e 92, da versão 4.

De conseguinte, determino à VUNESP que observe tais anulações quando da leitura ótica, devendo ser considerada como certa as respostas a estas questões, mantida a nota de corte 4,6 (ou quarenta e seis pontos).

São Paulo, 27 de abril de 2001

SONIA CORRÊA DA SILVA DE ALMEIDA PRADO  
Presidente da Comissão Permanente de  
Estágio e Exame de Ordem

### **GABARITO OFICIAL**

**A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECÇÃO DE SÃO PAULO, por sua COMISSÃO PERMANENTE DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM, torna público o GABARITO OFICIAL da prova de Conhecimentos Gerais realizada no dia 22 de abril de 2001.**

#### **Versão 1**

01 - C; 02 - C; 03 - B; 04 - A; 05 - A; 06 - B;  
07 - D; 08 - B; 09 - C; 10 - B; 11 - A; 12 - D;  
13 - B; 14 - C; 15 - D; 16 - A; 17 - A; 18 - C;  
19 - B; 20 - B; 21 - D; 22 - C; 23 - A; 24 - D;  
25 - B; 26 - D; 27 - A; 28 - B; 29 - B; 30 - A;  
31 - C; 32 - B; 33 - A; 34 - C; 35 - A; 36 - A;  
37 - D; 38 - D; 39 - A; 40 - C; 41 - A; 42 - D;  
43 - B; 44 - D; 45 - C; 46 - A; 47 - B; 48 - A;  
49 - A; 50 - D; 51 - C; 52 - A; 53 - D; 54 - C;  
55 - B; 56 - A; 57 - A; 58 - D; 59 - C; 60 - D;  
61 - C; 62 - A; 63 - B; 64 - A; 65 - A; 66 - C;  
67 - D; 68 - D; 69 - A; 70 - C; 71 - D; 72 - A;  
73 - B; 74 - D; 75 - C; 76 - A; 77 - D; 78 - B;  
79 - B; 80 - C; 81 - B; 82 - D; 83 - C; 84 - B;  
85 - A; 86 - D; 87 - D; 88 - C; 89 - A; 90 - C;  
91 - B; 92 - D; 93 - C; 94 - D; 95 - C; 96 - D;

97 - B; 98 - C; 99 - B; 100 - B